



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 2240

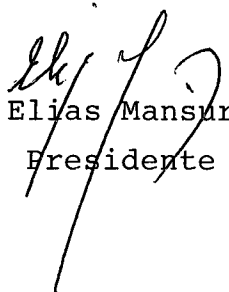
PROJETO DE LEI Nº 132/92

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO", com sede nesta cidade de Pirassununga, à Rua Eny Albertina Castilho Krempel, nº 1406 (Vila Redenção), devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Pirassununga, sob número 457, fls. 45vº, Livro A-1.

Artigo 2º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 02 de Setembro de 1992.


Elias Mansur
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

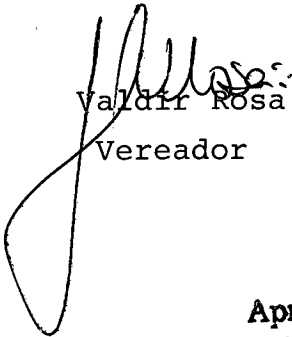
PROJETO DE LEI Nº 132/92

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO", com sede nesta cidade de Pirassununga, à Rua Eny Albertina Castilho Krempel, nº 1406 (Vila Redenção), devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Pirassununga, sob número 457, fls. 45vº, Livro A-1.

Artigo 2º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 01 de Setembro de 1992.


Valdir Rosa
Vereador

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de Pirassununga, 01 de 09 de 1992


Presidente

Aprovada em 1.ª discussão.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 01 de 09 de 1992


Presidente

Aprovada em 2.ª discussão.

À redação final.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 01 de 09 de 1992


Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

03

J U S T I F I C A T I V A

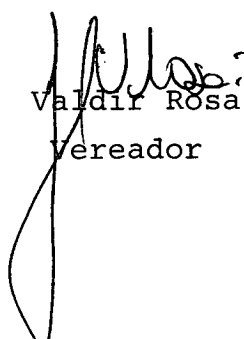
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Visa o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Bairro da Vila Redenção.

A noticiada Associação já devidamente registrada no Cartório de Título e Documentos da Comarca de Pirassununga, sob número 457, fls. 45vº, Livro A-1, será composta dos Bairros: Vila Redenção e Jardim Planalto, sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos, sociais, culturais, esportivos e outros de interesse da Comunidade.

Assim, esperamos o beneplácito dos nobres Vereadores, aprovando o presente Projeto de Lei.

Pirassununga, 01 de Setembro de 1992.


Valdir Rosa
Vereador

folha 01

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO
ESTATUTO

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º - Fica denominada "ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO" a associação dos seguintes bairros: Vila Redenção e Jardim Planalto.

Associação esta sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos, sociais, culturais, esportivos, e outros interesses da comunidade, com prazo de duração indeterminado.

Art. 2º - A "ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO" terá sua sede provisória à Rua Eny Albertina Castilho Krempel, nº 1406 (Vila Redenção) fone 61-2902 e forum para ajuizamento de qualquer ação relativa a Associação, o da cidade de Pirassununga.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 3º - A "ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DE VILA REDENÇÃO" TEM POR FINALIDADE:

- a - estimular e difundir os esportes em geral;
- b - cultivar e difundir a cultura nacional;
- c - estimular e difundir lazer à adultos, jovens e crianças;
- d - dar orientação e apoio às famílias necessitadas;
- e - promover reuniões e eventos sociais;
- f - apoiar eventos de outras entidades sociais, quando solicitados;
- g - requerer aos órgãos competentes: melhoramentos públicos, segurança, controle ambiental e outras providências de interesse da comunidade.

CAPÍTULO III - DO PATRIMÔNIO

Art. 4º - O Patrimônio da Associação será constituído de bens imóveis, móveis, veículos, semoventes, donativos em dinheiro ou em espécies, valores em dinheiro auferidos em promoções e eventos autorizados pela diretoria e cumpridas as formalidades legais, títulos de crédito,

auxílio ou subvenção de qualquer tipo.

Parágrafo Único - Todos os bens da entidade serão aplicados exclusivamente dentro do Território Nacional, sempre a interesse da entidade.

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º - Serão considerados FUNDADORES todos aqueles que participarem a todas as Reuniões destinadas à fundação da presente Associação.

Art. 6º - Serão considerados ASSOCIADOS todos aqueles moradores residentes nos bairros filiados a esta Associação, e sempre que necessário possam comprovar tal residência mediante à apresentação de um documento legal.

Art. 7º - Só poderão pleitear a qualquer cargo eletivo, sócios com no mínimo 06 (seis) meses de contribuição voluntária, monetária ou por prestação de serviço, julgada pela diretoria.

Art. 8º - Serão considerados ASSOCIADOS BENEMÉRITOS, sem direito a cargo na diretoria, todas aquelas pessoas que a critério da Diretoria se tornarem merecedores de tal título, através de atos praticados e efetivamente comprovados em favor desta Associação

Art. 9º - "Serão direitos dos Associados":

- a - frequentar a sede social, bem como tomar parte em qualquer atividade ou evento promovido pela Associação, salvo as disposições em contrário;
- b - participar das assembleias Gerais, votar e ser votado para qualquer cargo, desde que, maiores de 18 anos, e residentes nos bairros filiados, proprietários ou comerciantes estabelecido.
- c - comparecer às reuniões e à Prestação de Contas da Diretoria e Conselho Fiscal;
- d - Solicitar a Diretoria toda e qualquer providência que se enquadre no Artigo 3º deste Estatuto.

Art. 10º - "São deveres dos Associados":

- a - acatar os atos da Diretoria, desde que os mesmos não contrariem o presente Estatuto;
- b - obedecer a disposto neste Estatuto, dando assim quando pos



sível, todo apoio necessário à Associação e a Comunidade, e zelar pelo Patrimônio, bem como pelo bom nome da Associação em todas as atividades promovidas, comportando-se dentro dos preceitos da moral e da ética.

Art. 11º - Os associados são passíveis das seguintes penas, desde que infrinjam os Artigos Anteriores ou outras ocorrências não previstas, julgadas em reunião de diretoria e com direito de defesa:

- a - advertência;
- b - suspensão;
- c - eliminação.

Parágrafo Único - Para validade da pena a mesma deverá ser comunicada por escrito.

CAPÍTULO V - DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

Art. 12º - A direção da Associação de Bairro de Vila Redenção será exercida por uma diretoria e por conselho fiscal cujos membros desempenharão seus cargos gratuitamente.

Art. 13º - A diretoria compor-se-á de 12 diretores, sendo:

- 01(um) Presidente;
- 01(um) Vice-Presidente;
- 01(um) Secretário Geral;
- 01(um) Primeiro Secretário;
- 01(um) Segundo Secretário;
- 01(um) Primeiro Tesoureiro;
- 01(um) Segundo Tesoureiro;
- 01(um) Diretor de Patrimônio;
- 01(um) Diretor de Esportes;
- 01(um) Segundo Diretor de Esportes;
- 01(um) Diretor de Relações Públicas; e
- 01(um) Diretor de Eventos Sociais.

Art. 14º - Os membros da diretoria serão eleitos 'em Assembléia Geral, e terão mandato de 02 (dois) anos com direi

to a reeleição.

Art. 15º - Todos os diretores terão direito a voto nas reuniões de diretoria, observadas as restrições previstas neste Estatuto.

Art. 16º - Perderá automaticamente o mandato de diretor, aquele que sem motivo justo faltar 05 (cinco) reuniões de diretoria mediante Avaliação de Diretoria.

Art. 17º - O conselho fiscal será composto de 06 (seis) elementos, sendo 03 (três) suplentes.

Art. 18º - O Conselho Fiscal também será eleito pela Assembléia Geral, juntamente com a Diretoria, e o seu mandato será de 02 (dois) anos com direito de reeleição.

Art. 19º - Só poderão exercer cargos na Diretoria pessoas físicas bem como no Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA

Art. 20º - São Atribuições da Diretoria:

- a - administrar o patrimônio físico e financeiro da Associação;
- b - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- c - aceitar ou recusar propostas e idéias de novos investimentos;
- d - reunir-se pelo menos 01 (uma) vez por mês, ou extraordinariamente, por motivo justo, a critério do Presidente;
- e - nomear comissões.

Art. 21º - A Diretoria poderá deliberar se estiverem presentes um mínimo da metade mais um de seus membros.

Art. 22º - As vagas abertas na Diretoria, por pedido de demissão ou por ausência, serão preenchidas por designação do Presidente.

Art. 23º - Ao Presidente compete:

- a - presidir as reuniões de Diretoria e sessões solenes;
- b - representar a Associação em Juízo;
- c - assinar as atas das reuniões que presidir;

folha 05

d - assinar juntamente com o tesoureiro, cheques e demais documentos relativos a despesa da Associação;

e - assinar a comunicação de penalidade ao associado;

f - coordenar todas as atividades da Associação; e

g - assinar toda a correspondência remetida e recebida pela Associação.

Art. 24º - Ao Vice-Presidente:

a - Substituir o Presidente no seu impedimento;

b - colaborar com o Presidente em sua gestão; e

c - assumir a presidência empossado pela Diretoria, em caso força maior, por motivo de saúde, ou renúncia do Presidente.

Art. 25º - Ao Secretário Geral compete:

a - dirigir todo o expediente da Secretaria;

b - lavrar todas as atas das reuniões de Diretoria

c - redigir toda a correspondência da Associação; e

d - na ausência do Presidente e seu Vice assumir a Presidência.

Art. 26º - Ao primeiro Secretário compete:

a - substituir o Secretário Geral; e

b - zelar pelo arquivo e registro da Associação.

Art. 27º - Ao segundo Secretário compete:

a - auxiliar e substituir o primeiro Secretário.

Art. 28º - Ao primeiro Tesoureiro compete:

a - assinar todos os pagamentos e recebimentos juntamente com o Presidente;

b - movimentar contas bancárias, juntamente com o Presidente (conta E);

c - apresentar nas reuniões mensais o balancete financeiro do mês; e

d - coordenar o sistema financeiro nos eventos realizados.

Art. 29º - Ao segundo Tesoureiro compete:

a - substituir e auxiliar o Primeiro Tesoureiro.



Art. 30º - Ao diretor de Patrimônio compete:

- a - zelar pelo Patrimônio Físico da Associação;
- b - providenciar a manutenção dos bens móveis e imóveis, quando necessário;
- c - guardar sob sua responsabilidade todo material esportivo;
- d - inventariar todos os bens da Associação, efetuando mensalmente a fiscalização e as conferências necessárias.

Art. 31º - Ao Diretor de Esportes compete:

- a - promover com aprovação da Diretoria, eventos esportivos para adultos, jovens e crianças;
- b - formar as diversas equipes esportivas para representação da Associação;
- c - designar auxiliares, tantos quantos forem necessários para responsáveis pelas diversas equipes esportivas;
- d - estabelecer um calendário esportivo anual, programações semestrais.

Art. 32º - Ao Segundo Diretor de Esportes compete:

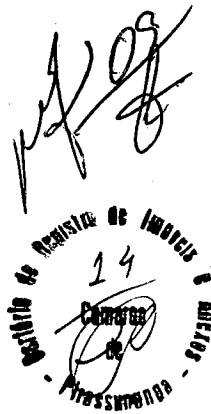
- a - auxiliar o Diretor de Esportes em todos os eventos esportivos.

Art. 33º - Ao Diretor de Relações Públicas compete:

- A - divulgar os eventos no âmbito da Associação, bem como nos meios de comunicação;
- b - fazer a divulgação necessária das Assembléias Gerais ou outras reuniões de interesse da comunidade; e
- c - auxiliar o Secretário Geral na recepção de autoridades, convidados e visitantes à sede da Associação.

Art. 34º - Aos Diretores de Evento compete:

- a - promover com aprovação da diretoria, eventos sociais; e
- b - planejar e coordenar o local das reuniões de Diretoria e das Assembléias Gerais.



CAPÍTULO VII - DO CONSELHO

Art. 35º - Ao conselho Fiscal compete:

- a - assessorar a Diretoria em todos os seus atos sociais e comerciais;
- b - fiscalizar todos os atos dos Diretores;
- c - aprovar o balancete mensal; e
- d - denunciar erros e fraudes em Assembleias Gerais.

Art. 36º - Aos suplentes cabem as funções de substituir os membros do Conselho Fiscal em seus impedimentos legais.

CAPÍTULO VIII - DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 37º - A assembleia Geral será convocada pela Diretoria para a eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal, ou toda vez que um fato importante assim exigir, "sempre com 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 38º - A eleição dos membros da Diretoria e do Conselho será feita em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, devendo ser realizada 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 1º - o registro de chapas a concorrer às eleições da Associação deverá ser feito com uma antecedência de 08 (oito) dias da data estabelecida para a Assembleia Geral, em livro próprio.

§ 2º - A seção eleitoral será instalada na Sede da Associação ou em local previamente estabelecido com a presença de um membro da Diretoria, fazendo parte da mesma, mais 04 (quatro) necessários, 02 (dois) suplentes, e 02 (dois) fiscais por chapa concorrente.

§ 3º - a Eleição será efetuada pelo sistema de voto secreto de acordo com o regulamento expedido pela Diretoria.

§ 4º - a posse da Diretoria e do Conselho Fiscal e leitos se dará na data da Fundação da Associação, ou seja, no dia 27 de fevereiro de 1992.

Art. 39º - As Assembleias Gerais serão feitas por

15
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

convocação, devendo os participantes com mais de 18 (dezoito) anos e moradores, proprietários e comerciantes estabelecidos comprovadamente nos bairros do âmbito da Associação, terem o direito a voto.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40º - Os associados não respondem quer solidária ou subsidiariamente pelas obrigações pela Associação.

Art. 41º - A dissolução da Associação será feita por resolução de uma Assembléia Geral, especialmente convocada para esse fim, com a presença dos Associados Fundadores residentes na área da Associação e um mínimo de 100 (cem) associados, havendo um prazo de 30, (trinta) minutos entre a 1ª e 2ª chamada, contados à partir do horário previsto para a 1ª chamada.

Art. 42º - Ocorrendo a dissolução da Associação, o Patrimônio Físico da mesma será revertido ao Patrimônio Municipal de Pirassununga, e o Patrimônio Financeiro às entidades beneficentes a serem designadas na Assembléia Geral convocada para esse fim.

Art. 43º - Este Estatuto deverá ser aprovado em Assembléia Geral, previamente convocada.

Art. 44º - Este Estatuto só poderá ser alterado no todo ou em parte, em Assembléia Geral, e com a aprovação da maioria de seus participantes.

Art. 45º - Fica proibido o emprego de negócios estranhos a Entidade, a todos os membros de sua Diretoria, tais como: uso indiscriminado do nome da Associação, finanças, endossos ou abonos em geral.

Art. 46º - As cores da Associação de Bairro da Vila Redenção serão: vermelho e branco.

Art. 47º - Deverá ser promovido um concurso de âmbito Comunitário, para escolha de bandeira, logotipo, etc, que representarão a Associação de Bairro da Vila Redenção.



folha 09

Art. 48º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria salvo as disposições em contrário.

Art. 49º - O presente Estatuto deverá ser registrado em Cartório, e demais providências para a legalização da Associação de Bairro de Vila Redenção junto aos órgãos competentes.

Art. 50º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação em Assembléia Geral.

Art. 51º - Fica estabelecido o Forum da Comarca de Pirassununga para toda e qualquer ação oriunda do presente Estatuto.

Pirassununga, 29 de maio de 1992.

[Handwritten signature of Sebastião Guedes do Bonfim]

Sebastião Guedes do Bonfim
Advogado - OAB/SP.40.670

[Handwritten signature of Osvaldo Geraldo]
OSVALDO GERALDO
Presidente

segundo Cartório de Notas

VALOR RECEBIDO	10	T. B. F. M. A. T. O
Por Firma	24946	
	Supra de: Osvaldo	
	Gualdo	
	Pirassununga	4. 19. 92

Embeço a(s) firma(s) *[Handwritten signature of Sebastião Guedes do Bonfim]*
Sebastião Guedes do Bonfim
Pirassununga, 14 de agosto de 1992
Em test.º *[Handwritten signature]* de verdade

segundo Cartório de Notas
Pirassununga - CEP. 13.620 - SP
Cadastral e de Lide
ENQUILITIMIA
SELO PAGO POR VERBA
R. COELHO
SÉTIMO T. A. G. O.
SÃO PAULO
Rua Quintino Bocaiuva N.º 157

segundo Cartório de Notas
Pirassununga - CEP. 13.620 - SP
Cadastral e de Lide
ENQUILITIMIA
SELO PAGO POR VERBA
R. COELHO
SÉTIMO T. A. G. O.
SÃO PAULO
Rua Quintino Bocaiuva N.º 157

NOROESTE PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A.

C.G.C./MF nº 63.923.213/0001-40

ATA SUCUMARIA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**CONSTITUINTE E EXTRAORDINÁRIA****REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 1992**

LOCAL E HORA: Edifício da sede social, na Avenida Paulista nº 1.439, 11º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às 16:00 horas.

PRESEÇA: Sua única acionista NOROESTE SEGURADORA S.A., conforme se verificou pelas assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas. **DESA DIRIGENTE:** Sr. Luiz Vicente Barros Mattos Júnior, Presidente, e Sr. João Júlio Proença, Secretário. **PUBLICAÇÕES:** a) Demonstrações Financeiras publicadas no "Diário Oficial" deste Estado, e na "Gazeta Mercantil", edição de 27.02.92; b) Edital de Convocação — dispensado nos termos do artigo 124 § 4º da Lei nº 6.404/76; c) Anúncios e que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 — dispensados nos termos do § 5º do citado dispositivo legal. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovados, pela sua única acionista: 1 — Na Assembleia Geral Ordinária: a) o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.91; b) a não distribuição de dividendos, correspondentes ao exercício de 1991, pelo fato de a Sociedade não ter apresentado lucro no exercício; c) a reeleição dos membros da Diretoria, para novo mandato de 1 (um) ano, a saber: Diretor de Patrimônio e de Produção — Sr. LUIZ VICENTE BARROS MATTOS JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado nesta Capital, na Rua Álvares Penteado nº 216 — 4º andar, portador da cédula de identidade R.G. nº 3.100.061-SSP/SP e do CIC nº 289.089.808-04; Diretor Financeiro — Sr. DONALD WALLACE SIMONSEN, brasileiro, casado, banqueiro, domiciliado nesta Capital na Rua Álvares Penteado nº 216 — 4º andar, portador da cédula de identidade R.G. nº 3.004.096-SSP/SP e do CIC nº 007.927.648-20; Diretor Técnico Operacional e Administrativo — Sr. JOÃO JÚLIO PROENÇA, brasileiro, casado, secretário, domiciliado nesta Capital, na Avenida Paulista nº 1439 — 11º andar, portador da cédula de identidade R.G. nº 1.404.334-IF/RJ e do CIC nº 037.431.287-72; e Diretores, sem designação especial — Srs. JOSÉ LUIZ DRAGONE SABBATINI, brasileiro, casado, secretário, domiciliado nesta Capital, na Av. Paulista, nº 1439 — 11º andar, portador da cédula de identidade R.G. nº 186.102.008-25; e JOSÉ MANUEL BULCÃO PEREIRA, português, casado, secretário, domiciliado nesta Capital, na Av. Paulista nº 1439 — 11º andar, portador da cédula de identidade para estrangeiro RNE W478514-K e do CIC nº 834.463.498-04. Foi ainda aprovado o limite de até Cr\$ 63.000.000,00 para a verba global mensal relativa à remuneração da Diretoria, limite este reajustável mensalmente de acordo com a variação do IGP — Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida a partir de 01.03.92, competindo a fixação e o subsequente rateio da referida verba à Diretoria, com a observância do limite ora aprovado; d) a correção da expressão monetária do capital social, no montante de Cr\$ 1.377.199.100,98, bem como a sua capitalização, aumentando assim o capital social de Cr\$ 150.000.000,00 para Cr\$ 1.527.199.100,98, sem a emissão de novas ações; 2 — Na Assembleia Geral Extraordinária: a) a Proposta da Diretoria, de 27.03.92, em sua íntegra, tendo por objeto: 1) o aumento do capital social, de Cr\$ 1.527.199.100,98 para Cr\$ 1.550.000.000,00, mediante a incorporação de Cr\$ 22.800.899,02, correspondente a parte do saldo da conta "Outras Reservas de Capital", sem a emissão de novas ações; 2) a alteração do "capit" do artigo 5º do Estatuto Social, de forma a retratar o novo valor do capital social e sua composição, consoante seguinte redação, mantendo-se inalterado o disposto em seus parágrafos: "ARTIGO 5º — O capital social é de Cr\$ 1.550.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e cinquenta milhões de cruzeiros), dividido em 238.400 (duzentas e trinta e oito mil e quatrocentas) ações, todas escriturais, ordinárias, nominativas, sem valor nominal"; 3) a reforma estatutária, visando imprimir maior agilidade e celeridade na tomada de decisões dos negócios sociais, compreendendo: a) a exclusão do dispositivo que veda a acumulação de cargos na Diretoria; e b) a alteração na forma de representação da Sociedade; 4) a alteração do § 2º do artigo 10 e dos §§ 2º e 4º do artigo 13, de forma a retratar o disposto no item anterior, conforme a seguinte redação: "ARTIGO 10 — ... PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando for o caso, o substituto acumulará com as suas as funções do substituído. ARTIGO 13 — ... PARÁGRAFO 2º: Nos atos e documentos, inclusive contratos, que importem em constituição de obrigações para a Sociedade ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, bem como nos pertinentes à emissão ou saque de títulos de crédito, movimentação de contas bancárias, e ainda nos que importem em aquisição, alienação ou oneração de bens sociais, a representação da Sociedade se fará obrigatoriamente por 02 (dois) Diretores nomeados, ou então por procuradores com poderes especiais. PARÁGRAFO 4º: Na outorga de mandato, a Sociedade será representada por 02 (dois) Diretores, sendo um deles obrigatoriamente 01 (um) Diretor nomeado. Se, todavia, o mandato se destinar a prática de qualquer dos atos a que alude o parágrafo 2º deste artigo, a representação da Sociedade se fará sempre por 02 (dois) Diretores nomeados. "CONSELHO FISCAL: O Conselho Fiscal não foi ouvido por não se encontrar em funcionamento. DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Ficou arquivada na sede da Sociedade, autenticada pela mesa da Assembleia, a proposta da Diretoria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura desta ata, a qual lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, dando assim o Sr. Presidente por encerradas as Assembleias. São Paulo, 30 de março de 1992. a.s.) Luiz Vicente Barros Mattos Júnior, Presidente; João Júlio Proença, Secretário; Noroeste Seguradora S.A., representada por seus Diretores, Luiz Vicente Barros Mattos Júnior e João Júlio Proença. Confere com o original. a) JOÃO JÚLIO PROENÇA — Secretário. Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o número RN.127/92-1, em 30.06.92. Jenny Rebelo Lopes — Secretária Geral.

CIA. NACIONAL DE MELHORAMENTOS E COLONIZAÇÃO CMC

C.G.C./M.F. nº 60.606.568/0001-46

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1992**

A Assembleia Geral Extraordinária da CIA. NACIONAL DE MELHORAMENTOS E COLONIZAÇÃO C.M.C., instalada com a presença de acionistas representando o quórum legal, devidamente convocada por edital publicado no jornal "Gazeta Mercantil", e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 16, 19 e 20 de maio de 1992, presidida pelo Sr. SELIM MICHAAN CHALAM, e secretariada pelo Sr. ENRIQUE MICHAAN CHALAM, realizou-se às 10:00 horas do dia 26 de maio de 1992, na sede social, na Rua São Bento, 59 — 8º andar, conjunto 8-A, em São Paulo, Estado de São Paulo. Na conformidade da Ordem do Dia e de acordo com a Proposta da Diretoria, de 11 de Maio de 1992 que é o Documento I da presente ata, autenticada pela Mesa e que será arquivado na companhia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) aprovar a eliminação do valor nominal das ações em que se divide o Capital Social; (b) aprovar o aumento do Capital Social para Cr\$ 1.975.000,00 mediante a emissão de 1.976.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, para subscrição particular pelos Srs. Acionistas, pelo preço de emissão de Cr\$ 1,00 por ação, e integralização, no ato da subscrição, em dinheiro e/ou créditos. Os acionistas SELIM MICHAAN CHALAM, RALPH MICHAAN CHALAM, JAIME MICHAAN CHALAM e ENRIQUE MICHAAN CHALAM, propuseram-se a subrevert a totalidade das novas ações ordinárias oferecidas, para integralização mediante a utilização de créditos em conta corrente que mantêm com a companhia, fazendo constar essa intenção do Boletim de Subscrição, ora aprovado, que é o Documento II da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na companhia. Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, foi determinada a abertura de um prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta ata, para que os demais acionistas possam exercer o seu direito de preferência para a subscrição das novas ações, na proporção da participação de cada um deles no Capital Social, havendo subscrição pelos demais acionistas, as importâncias por eles pagas serão entregues aos acionistas acima mencionados, titulares dos créditos ora capitalizados, que lhes transferirão as ações correspondentes; (c) aprovar o grupamento das ações em que se divide o capital social, na proporção de 2.000 ações atualmente existentes para cada ação do capital após o grupamento, sendo que eventuais direitos fracionários serão acordados entre os acionistas. Em decorrência desta deliberação, foi determinada a abertura de um prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação desta ata, para que os Srs. Acionistas possam comparecer à sede social e substituir os seus atuais Certificados de Ações; (d) aprovar, em consequência das deliberações supra, a seguinte nova redação para o artigo 5º do Estatuto Social: "ARTIGO 5º — O Capital Social é de Cr\$ 1.975.000,00 (hum milhão, novecentos e setenta e cinco mil cruzeiros), dividido em 1000 (mil) ações ordinárias, sem valor nominal". Os termos desta ata foram aprovados pelos acionistas presentes, que a subrevert. São Paulo, 26 de Maio de 1992. (aa) SELIM MICHAAN CHALAM, Presidente da Mesa; ENRIQUE MICHAAN CHALAM, Secretário da Mesa; SELIM MICHAAN CHALAM, RALPH MICHAAN CHALAM, JAIME MICHAAN CHALAM, ENRIQUE MICHAAN CHALAM, Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania — Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o número 105.516/92-2 em 10.07.92. Jenny Rebelo Lopes — Secretária Geral.

BRASINCA FERRAMENTARIA S/A

C.G.C. (MF) nº 53.909.867/0001-20

S/A DE CAPITAL FECHADO**ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de 1992, às 10:00 horas, na sede social à Rua José Antônio Valadares, nº 123, Saúde, São Paulo, Estado de São Paulo, compareceram todos os Diretores e deliberaram unanimemente sobre: 1º) Alteração da proposta encaminhada aos Srs. Acionistas, referente à reavaliação espontânea de bens do ativo imobilizado com incorporação ao capital social do respectivo valor relativo aos bens imóveis, conforme Ata de Reunião de Diretoria de 29.05.91, arquivada na JUCESP sob nº 262877/91-0, em 01.07.91. A retificação da proposta decorre de modificação na legislação tributária, referente à correção monetária das demonstrações financeiras, nos termos da Lei 8.200/91, regulamentada pelo Decreto 332/91, que permitirá atualização monetária dos bens do ativo imobilizado não havendo, portanto, necessidade de efetuar reavaliação espontânea dos mesmos bens. 2º) Venda das 456.495.2239 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e duzentos e trinta e nove) quotas sociais da Agropecuária Santa Conina Ltda., que serão ofertadas aos demais sócios ou, se não houver interesse, à outra empresa dessa organização, porém ser mais conveniente aos interesses dessa sociedade investimentos em empresa que explore atividades diversas da finalidade industrial. A referida venda será efetuada pelo seu respectivo valor contábil, apurado conforme balanço encerrado em 30.04.92, e ratificado através de Laudo de Avaliação a ser expedido por Trevisam Auditores Independentes. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, com a lavratura dessa ata em forma de sumário que lida e achada conforme foi por todos assinada. (aa) Sr. SADY SCHUELER MOURA — Diretor Presidente neste ato representado por seu bastante procurador, Dr. GIL MOURA NETO; Dr. GIL MOURA NETO — Diretor Vice-Presidente; Dr. MASSAYUKIMIZUTORI — Diretor Superintendente; Sr. ANTONIO CARLOS DE CASTRO TINOCO CABRAL — Diretor Comercial e Sr. CARLOS ALBERTO FANUCCI DE OLIVEIRA — Diretor. São Paulo, 25 de maio de 1992. Certifico que esta é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. GIL MOURA NETO Diretor Vice-Presidente Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania Junta Comercial do Estado de São Paulo — JUCESP — Certificado de registro sob nº 97284/92-0 em 29/06/92. Jenny Rebelo Lopes — Secretária Geral.

MATÃO CLÍNICAS S/A - C.G.C. nº 60.398.369/0001-26
Ata da ADOE realizada em 25/04/92, com a presença de todos os membros da Assembleia Geral Extraordinária, Acionistas representando a totalidade do Capital Social; Mesa: Presidente: Dr. Adalberto Milani Gonçalves, Secretário: Dr. Adalberto Milani Gonçalves; Deliberações tomadas por Unanimidade: 1- ADOE: 1) Foram aprovados o Relatório de Diretoria, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31/12/91, cujas peças foram publicadas nos jornais: DOESP em 16/04/92, pág. 36 e no Jornal A COMARCA em 18/04/92, pág. 67; 2) Aprovado por unanimidade que o Lucro Líquido do Exercício de 1991, no valor de Cr\$ 21.826.863,39, tivesse a seguinte destinação: 10% ou seja Cr\$ 2.182.686,34 fossem distribuídos aos Acionistas a título de dividendos estatutários; Cr\$ 1.918.866,18 fossem destinados ao recolhimento do IRRF sobre o Lucro Líquido, e Cr\$ 17.815.820,87 levado a conta de Lucros Suspensos para futuras decisões das Assembleias Gerais; 3) Aprovada a capitalização de importância de Cr\$ 85.662.814,77, resultante da Correção Monetária do Capital Social Realizado; 4) Não instalação do Conselho Fiscal; 5- ADOE: 1) Elevado o Capital Social de Cr\$ 12.940.332,66 para Cr\$ 115.578.514,00 com aproveitamento de Reservas e Lucros Suspensos; 2) Em consequência da elevação do Capital Social foi aprovada também a nova redação dada ao Art. 6º dos Estatutos Sociais, o qual passou a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º - O Capital Social da sociedade é de Cr\$ 115.578.514,00, totalmente integralizado, conforme se verifica nos Livros Fiscais, dividido em 5.361.941 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, não convertíveis para qualquer outra forma"; Encerramento: Como nada mais havia a ser tratado, foi encerrada a Assembleia; Aprovação e Assinaturas: A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes; Formalidades Legais: A presente é cópia autêntica da original lavrada em livro próprio. aa) Dr. Takashi Ishihara — Presidente dos Trabalhos; Dr. Adalberto Milani Gonçalves — Secretário dos Trabalhos; Dr. Moacyr de Castro Melo — OAB-SP, 27.500 — Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania — JUCESP — Certificado de registro sob nº 103.952/92-5 em 07/07/92. Jenny Rebelo Lopes — Secretária Geral.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE SUPERINTENDÊNCIA DAS MINAS EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA - JG002/92**FORNECIMENTO DE CABOS DE AÇO, LAÇO E CORDOALHA PARA AS ÁREAS OPERACIONAIS DA CVRD LOCALIZADAS EM ITABIRA E OURO PRETO/MG.**

A Companhia Vale do Rio Doce, através da Superintendência das Minas torna público que fará realizar, em conformidade com as Normas Gerais para Contratação de Obras e Serviços e para Compra e Alienação de Bens, concorrência para contratação de fornecimento, em epígrafe, consistindo basicamente no fornecimento dos produtos. Prazo de Execução: 12 (doze) meses, com início possivelmente no mês de setembro/92. Somente estarão habilitadas empresas que satisfizerem os requisitos de pré-qualificação abaixo, dentre outros, não se permitindo a formação de consórcios: 1- Capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal, prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou repartição competente, de Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, bem como da investidura dos representantes legais, Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, cópia do último balanço da empresa, inclusive a conta de Lucros e Perdas, sendo obrigatória para as sociedades anônimas a apresentação de publicação na imprensa Oficial, certidão negativa das verbas específicas da falência e concordatas da sede da empresa, exceto para empresas públicas, que deverão apresentar interdição e tutela, prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC), quitação com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal. Observação: O CRC - Cartão de Registro no Cadastro de Fornecedores da CVRD, como empresa fornecedora dos produtos, com validade até a data determinada para entrega da documentação de pré-qualificação a este processo licitatório, anexado à declaração assinada pelo proponente confirmando que a mesma não se encontra suspensa do cadastro e que as informações prestadas por ocasião do cadastramento permanecem inalteradas, substitui a documentação enumerada neste item. 2- Declaração assinada pelo proponente confirmando que a mesma não se encontra assinada pelo contratual ou inadimplência. 3- Capital Social integralizado, mínimo de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), comprovado mediante apresentação da última alteração do Contrato Social, legalmente formalizado. O Edital contendo informações completas e o cronograma da licitação poderá ser conhecido e adquirido nos dias 30 e 31/07/92, e 19/08/92, das 8 às 11h e de 14 às 17h, no Setor de Tesouraria - andar térreo do Edifício Arêbo em Itabira/MG, mediante o recolhimento da importância de Cr\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros) em moeda corrente, ou cheque nominal a Companhia Vale do Rio Doce. A Companhia Vale do Rio Doce, reserva a si o direito de revogar, anular, suspender ou tornar sem efeito esta licitação, a qualquer época e a seu exclusivo critério, sem que caibam à quaisquer das empresas participantes direitos, vantagens, reclamações e/ou indenizações.

Walter José Sampaio Gazire

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

(21.22.23)

PARANAPANEMA

Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Construção

CGCMEFF nº 60.398.369/0001-26
COMPANHIA ABERTA**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****EDITAL DE CONVOCACÃO**

Ficam os senhores acionistas desta sociedade convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária a realizar-se às 17:00 horas do próximo dia 3 de agosto de 1992, na sede social, na Rua Haddock Lobo, 578 — 11º andar, em São Paulo, Capital, a fim de discutir e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- eleição de novo membro para o Conselho de Administração da sociedade, para ocupar, também, a presidência do órgão, em virtude de vacância do cargo, nos termos do parágrafo quarto do artigo 15 do estatuto social; e
- mudança do endereço da sede social para a Al. Santos, 1.827 - 19º andar, nesta Capital, com a consequente alteração parcial do estatuto social.

São Paulo, 17 de julho de 1992.

A ADMINISTRAÇÃO

(18.21.22)



TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A. - TELESF

SOCIETARIEDADE DE CAPITAL ABERTO - C.G.C. nº 43.797.001-60



Aviso de Edital-Concorrência CMC/0799/92B. Objeto: Aquisição de Peças para reposição/manutenção em equipamentos Ericsson. Apresentação das propostas: 04.09.92. Horário: 15 h, com entrega e abertura no mesmo dia e horário. Local: Rua Martiniano de Carvalho, 851-18º andar - São Paulo-SP. Certificado Específico de Habilitação: Requerer por escrito até 20.08.92 à Divisão de Cadastro de Fornecedores sito à Rua Maestro Cardin, 616-5º andar - São Paulo-SP. Edital Completo: R. Martiniano de Carvalho, 851-11º andar - São Paulo-SP, dias úteis, das 9:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00 h. São Paulo, 21 de julho de 1992. Edital nº 068/92

(21,22,23)

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

INEDITORIAIS

Jornalista Responsável - Dilson Mezzetti Costa

REDAÇÃO

Rua João Antonio de Oliveira, 152

CEP 03103-902 — São Paulo

Telefones: 93-0484 e 291-3344

Fax: (011) 630990

ASSINATURAS**PUBLICIDADE LEGAL****VENDA AVULSA****FILIAIS — CAPITAL****MARIA ANTONIA****REPÚBLICA****SÃO BENTO****FILIAIS — INTERIOR****ARACATUBA****BAURUR****CAMPINAS****GUARATINGUETA****MARILIA****PRESIDENTE PRUDENTE****RIBEIRÃO PRETO****SÃO JOSÉ DO RIO PRETO****SANTOS**

— Telefone 291-3344 - Ramais 221 e 239

— Telefone 291-3344 - Ramais 220 e 235

— EXEMPLAR DO DIA R\$ 2.700,00 - EXEMPLAR ATRASADO R\$ 5.400,00

— Telefone 256-7232 - Rua Maria Antonia, 294

— Telefone 257-5915 - Estação República do Metrô - Loja 516

— Telefone 229-6316 - Estação São Bento do Metrô - Loja 17

— (0186) 23-6882 - Ramal 22 - Rua Antonio João, 130

— (0142) 24-3852 - Pça. das Carreiras, 4-44

— (0192) 32-4926 - Rua Ferreira Penteado, 954

— (0125) 22-2543 - Rua Frei Lucas, 80

— (0144) 33-5163 - Av. Rio Branco, 803

— (0182) 22-1627 - Av. Manoel Gaudier, 2.109

— (016) 625-2345 - Ramal 31 - Av. 9 de Julho, 378

— (0172) 33-4544 - Ramal 146 - Rua General Glicério, 3.947

— (0132) 32-6515 - Ramal 42 - Rua Marília Dias, 27 - 5º and. - 5/54



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

14

PARECER Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei nº 132/92, de autoria do Vereador Valdir Rosa, que visa declarar de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO", com sede nesta cidade de Pirassununga, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões, 01 SETEMBRO/1992.

Rubens Santos Costa

Presidente

Geraldo Sebastião Pavão

Relator

Hamilton Campolina

Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

- LEI Nº 2.336/92 -

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DA VILA REDENÇÃO, com sede nesta cidade de Pirassununga, à Rua Eny Albertina Castilho Krempel, - nº 1.406 (Vila Redenção), devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Pirassununga, sob número 457, fls. 45vº, Livro A-1.

Artigo 2º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 02 de setembro de 1.992.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

- MARIA CÉLIA ZERO -
Assistente de Administração.